

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Fernando Molica



Em ala, componentes com representação da Bíblia

Roteiro do desfile previa crítica a evangélicos

Uma leitura prévia do roteiro do desfile da Acadêmicos de Niterói teria evitado novos problemas para o presidente Lula. A oposição tem destacado a crítica feita pela “escola do Lula” aos evangélicos e ao modelo tradicional de família.

A publicação “Abre-alas”, que esmiuça os desfiles do Grupo Especial, cita que a ala número 22 da Acadêmicos teria o nome de “Neoconservadores em conserva”, descreve e apresenta suas fantasias.

Revela que os componentes viriam dentro de uma representação de lata de conserva e mostrariam personagens ligados ao conservadorismo: ruralistas, defensores dos militares e “grupos religiosos evangélicos”.

Faltou negociar

O livreto traz ilustrações com as variações de fantasias que seriam usadas pelos componentes, entre elas, a que previa um adereço de mão vermelho com uma cruz dourada, representação da Bíblia.

O “Abre-alas” só é disponibilizado no site da Liesa (organizadora do evento) no dia dos desfiles, mas nada impediria a Presidência da República de negociar com Acadêmicos um detalhamento prévio de sua apresentação.

João Salles/Riotur



Lula com Eduardo Paes durante desfile da Acadêmicos

Ligação perigosa

Alguns integrantes do governo alegam que não poderiam interferir no desenvolvimento do enredo. O problema é que o entusiasmo de Lula com a homenagem a ele e sua presença no Sambódromo criaram uma identificação muito grande dele com a escola.

Já era previsto que a Acadêmicos seria rebaixada: tem sido raro, nos últimos anos, que a escola que venha do grupo de acesso deixe de cair. Mas a ligação do presidente com o enredo acabou transferindo para ele parte do sabor da derrota.

Conservador no rótulo

Parlamentares da oposição têm deitado e rolado com mais esta crise que o governo, ainda que de forma indireta, arrumou com os evangélicos. Líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ) publicou em suas redes foto dele com a família estampada no que seria uma lata de conserva. Sob a imagem, a legenda “Conservados por Jesus Cristo”.

Atrito

A presença de Lula no camarote da Prefeitura do Rio reforçou que ele e Eduardo Paes (PSD) caminharão unidos em 2026. Mas a entrevista da Folha de S.Paulo com o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) publicada durante o Carnaval voltou a provocar ranger de dentes no Palácio do Planalto.

Covardia

Muito ligado a Paes, ele disse que, em ano de eleição, o governo se “acovarda” e foge da reforma administrativa. O problema não foi frisar que o governo é contra a medida, mas o uso do verbo “acovardar”. Segundo o parlamentar, “quando se fala em reestruturação de carreira mais rigorosa, a caneta deles falha”.

Com Paes

Prefeito de Niterói, Rodrigo Neves (PDT) resolveu promover, em março, ato de apoio a Paes, pré-candidato ao governo do estado. Para não ser acusado de fazer campanha antecipada, ele diz que o evento será uma reunião de seu partido com o prefeito carioca. Será no Canto do Rio, clube de sua cidade.

Estica e puxa

Já no Carnaval passado, a Liesa criou um terceiro dia de desfiles e reduziu o número de escolas por noite, de seis para quatro. Mas, para não reduzir a duração de cada espetáculo, aumentou os intervalos entre as agremiações. Cada uma entrava na Avenida quase duas horas depois da anterior. Muita gente sai do Sambódromo ao amanhecer.

Cuba na Avenida

Ainda irritados com o desfile sobre Lula, militantes da direita ainda tomaram um outro susto ao ver bandeiras de Cuba agitadas num carro alegórico da Tuiuti, que desfilou na noite de terça. Calma: é o que enredo tratava do Ifá, religião de origem africana que floresceu em Cuba antes de vir pra o Brasil.

Receita

A hegemonia negra nas escolas e enredos como o da Tuiuti, Tijuca (Carolina Maria de Jesus), Grande Rio (Manguebeat) e Beija-Flor (Bembé do Mercado) ressaltam que desfiles de escolas de samba são também manifestações políticas. Mas o caso da Acadêmicos revelou que é preciso não errar na mão.



Lula transfere para o Congresso peso de manter supersalários

Lula barra supersalários e transfere pressão

Presidente veta trechos que permitiam valor além do teto

Por Beatriz Matos

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou as leis que reestruturam as carreiras e reajustam salários de servidores da Câmara, do Senado e do Tribunal de Contas da União (TCU), mas vetou dispositivos que poderiam abrir brecha para remunerações acima do teto constitucional, hoje fixado em R\$ 46.366,19. A decisão foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União (DOU) desta quarta-feira (18).

Entre os pontos barrados está a criação de licença compensatória com possibilidade de conversão de folgas em dinheiro — mecanismo que, na prática, poderia elevar rendimentos a patamares superiores a R\$ 70 mil. Também ficaram de fora escalonamentos de reajustes para 2027, 2028 e 2029, pagamentos retroativos de despesas continuadas e regras de cálculo que contrariariam a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Planalto manteve a recomposição prevista para 2026 e a criação de nova gratificação de desempenho sujeita ao teto. As carreiras foram reconhecidas como típicas de Estado, e, no TCU, houve ampliação de cargos e exigência de nível superior.

A proposta havia sido aprovada de forma célere e em votação simbólica, o que gerou forte repercussão negativa. Diante da pressão, o Executivo optou por

vetar os trechos mais sensíveis, numa sinalização de compromisso com o limite constitucional.

Para o deputado Mário Heringer (MG), líder do PDT na Câmara dos Deputados, dois movimentos recentes apontam para uma inflexão no debate. “Super salários é um problema que o Brasil tem há muito tempo e que não contorna nunca. Dois movimentos sérios foram bem feitos nesses últimos dias. Um é a decisão do ministro Flávio Dino com relação aos penduricalhos. E o segunda, o veto do presidente Lula”, afirmou. Ele criticou distorções: “Ninguém tem direito a trabalhar três dias e folgar um e, se não quiser folgar, receber dinheiro por isso. Nenhum trabalhador brasileiro faz isso”.

Custo político

O veto agora será analisado em sessão conjunta do Congresso, que pode mantê-lo ou derrubá-lo.

Para o especialista em Direito Eleitoral Ricardo Facundo, a decisão tem leitura política evidente. “Funciona como contenção de dano em relação à política fiscal brasileira. Ao Congresso, o veto chega como decisão formal a ser apreciada, com alto custo reputacional para quem optar por restabelecer um benefício percebido como mecanismo de extrapolação do teto”, avalia. Em ano eleitoral, segundo ele, o cenário se torna ainda mais sensível.